Comunicado nº 4/2023

Brasília, 30 de março de 2023

SESSÃO de REVISÃO de 27 de março de 2023

Entre os julgados da 2ª Câmara na 879ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

Inquérito policial. Possível prática dos crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e de descaminho (CP, art. 334) ou contrabando (CP, art. 334-A) verificados em operação de descarga de contêineres sob o controle da Alfândega do Porto de Santos. Empresa investigada sediada em cidade diversa. Aplicação do Enunciado nº 95 da 2ª CCR.

Número: JF-SAN-5001161-24.2021.4.03.6104-PICMP - Eletrônico **Voto nº: 1079/2023**

Número: JF-SAN-5007042-45.2022.4.03.6104-PICMP - Eletrônico **Voto nº: 1077/2023**

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

Crime de contrabando (CP, art. 334-A). Apreensão de cigarros eletrônicos. Quantidade superior ao estabelecido pelo Enunciado nº 106 (5 unidades). Impossibilidade da aplicação do princípio da insignificância. Não homologação.

Número: JF/PR/CAS-5002279-50.2023.4.04.7005-SEM_SIGLA - Eletrônico **Voto nº: 1061/2023**

Número: JF/PR/CAS-5001656-83.2023.4.04.7005-SEM_SIGLA - Eletrônico **Voto nº: 978/2023**

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

Inquérito policial. Conflito de atribuições entre membros do MPF. Falsidade ideológica (CP, art. 299). Interposição fraudulenta de terceiros. Comércio exterior. Necessidade de excepcionar o entendimento firmado por este Colegiado em relação ao crime de falsidade ideológica, para aplicar o previsto no Enunciado nº 95 da 2ª CCR, e estabelecer o local do domicílio dos investigados como o melhor critério para definição de competência.

Número: JF-AL-0809198-39.2022.4.05.8000-PIC - Eletrônico **Voto nº: 1012/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Possível prática do crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97, em razão da utilização indevida de estação rádio. Potência elevada em contradição ao previsto no enunciado nº 73 da 2ª CCR.
Não homologação do arquivamento.
Número: JF/CF/BA-1016433-90.2020.4.01.3300-INQ - Eletrônico Voto nº: 1146/2023
Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Conflito PR x PRR. Sentenciado que interpôs recurso de apelação, protestando pela apresentação das razões recursais na instância superior, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP. Incidência do Enunciado nº 8 da 2ª CCR. Atribuição do Procurador Regional da República.

Número: JF/MS-0001736-17.2016.4.03.6000-APORD - Eletrônico **Voto nº: 1059/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Apreensão de máquinas caça-níqueis com componentes eletrônicos estrangeiros. Recente decisão do CNMP. Declínio ao MP Estadual. Alteração do entendimento anterior da 2ª CCR.

Número: JF-RJ-5023457-40.2019.4.02.5101-INQ - Eletrônico **Voto nº: 1057/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Possíveis crimes descritos nos artigos 4º, 5º e 7º, III, todos da Lei 7.492/1986. O sistema processual penal brasileiro não acolhe a figura do arquivamento tácito, subjetivo ou implícito. Impossibilidade.

Número: 1.00.000.000522/2023-51 - Eletrônico **Voto nº: 1042/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Questão de ordem: é de atribuição da 2ª CCR/MPF a análise revisional dos casos envolvendo supostos crimes eleitorais, entre eles, o crime de corrupção eleitoral (art. 299 do Código Eleitoral). Este crime não está inserido no rol de matérias de atribuição da 5ª CCR/MPF – previsto na Resolução CSMPF 148, de 1º de abril de 2014 –, posto que difere dos crimes de corrupção previstos nos arts. 317 e 333 do Código Penal.

Número: 1.04.100.000003/2021-53 - Eletrônico **Voto nº: 529/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

Inquérito policial. Promoção ilegal de migração com fim de obter vantagem econômica. Falecimento do emigrante durante a emigração. Possível homicídio culposo. O interesse direto da União na persecução penal advém de sua atribuição internacional de representar o Brasil nas relações com Estados Estrangeiros e para cumprir os tratados internacionais (art. 21, inciso I e art. 84, incisos VII e VIII da CF). Atribuição do Ministério Público Federal.

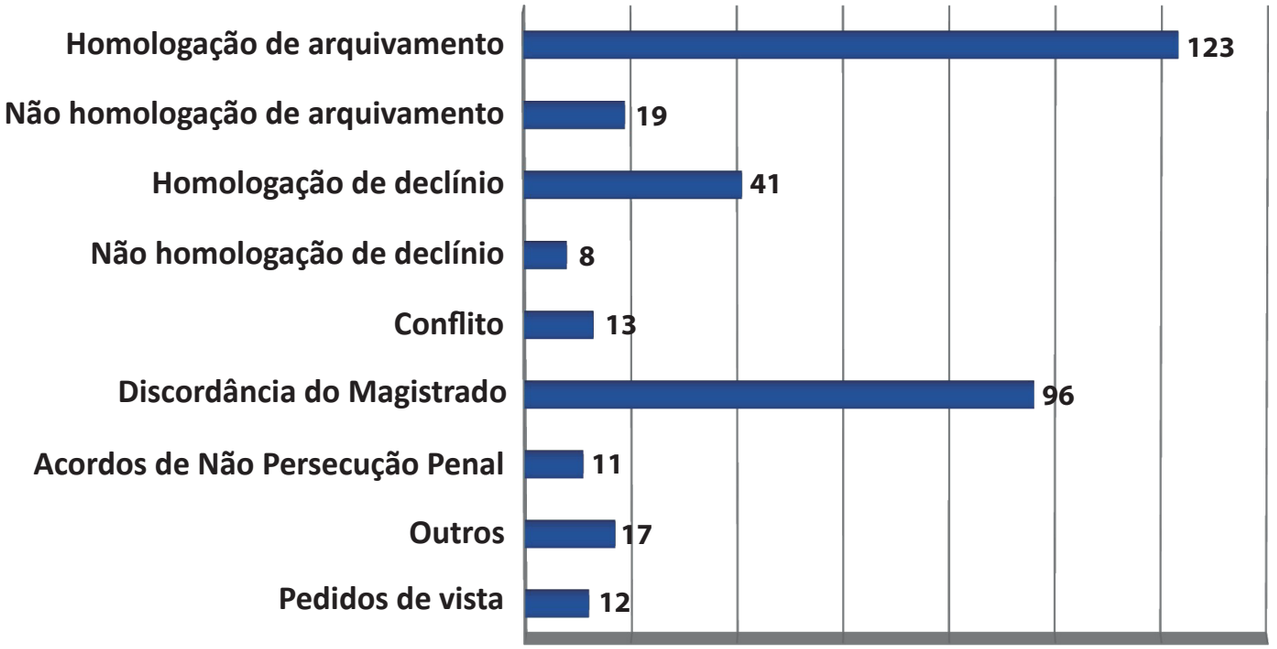
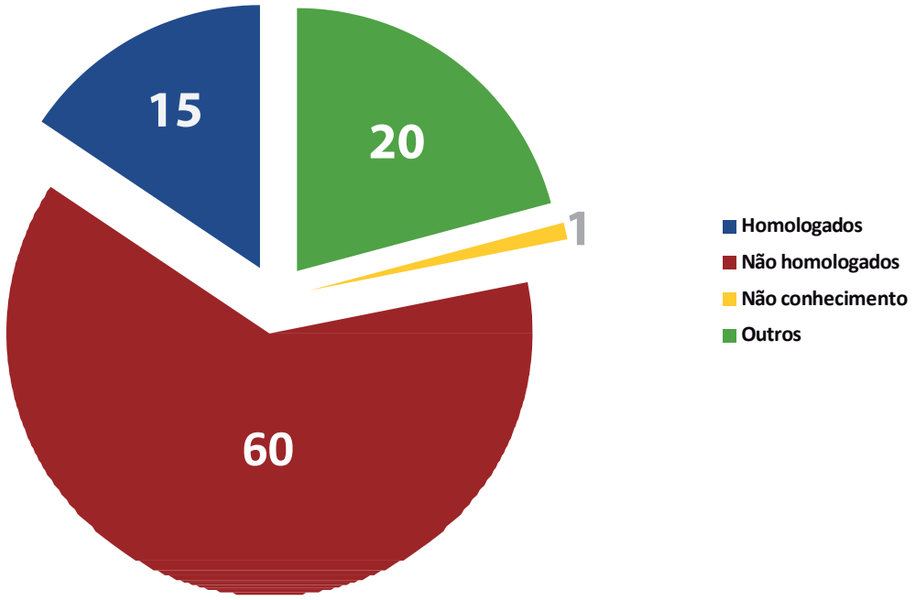
Número: JF/GVS-1004566-16.2020.4.01.3813-INQ - Eletrônico **Voto nº: 789/2023**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

ESTATÍSTICAS

Total de processos apreciados: 340

Quantitativo de processos julgados x deliberações do colegiado



Detalhamento
Processos encaminhados por discordância do magistrado x deliberações do colegiado